

PDS evitará votação no Senado

Brasília — Robin Hood, herói lendário inglês que assaltava os ricos para ajudar os pobres, e Al Capone, conhecido chefe da Máfia dos Estados Unidos, foram os dois personagens mais mencionados ontem, numa reunião da bancada do PDS no Senado, para discutir o pacote fiscal do governo. No final da reunião, a bancada decidiu que fará o possível para evitar que o pacote seja votado no Senado, antes de o Congresso entrar em recesso amanhã. Se não conseguir, votará contra.

A reunião foi realizada para que os senadores Roberto Campos (MT) e Virgílio Távora (CE) — os dois especialistas do partido em assuntos econômicos e financeiros — explicassem para o resto da bancada os aspectos positivos e negativos do pacote.

Os aspectos positivos, segundo Roberto Campos, são aqueles que lidam com as questões sociais e teriam efeitos **Robin Hoodianos**. Mas como o pacote tem inúmeros aspectos negativos, que, ainda segundo Campos, teriam efeitos **Al Caponianos**, o PDS achou que não poderia aprovar a proposta do governo.

No final da reunião, o líder do PDS no Senado, Murilo Badaró (MG), resolveu não assinar o pedido de urgência do pacote — o que significa que, para conseguir a sua aprovação, o PMDB e o PFL terão que se mobilizar para colocar 46 senadores (dois terços do Senado), em plenário. No total, são 69 os senadores, dos quais, 22 do PDS. Sobram, assim 47: dois do PDT e um do PTB. Se os pequenos partidos não apoiarem o PMDB e o PFL, o pacote dificilmente será aprovado amanhã, e o governo terá que transformá-lo em decreto-lei. Caso seja aprovado o pedido de urgência, Badaró disse que o PDS deverá votar contra o pacote, mas votará a favor de três emendas que apresentará.

Os efeitos **robin hoodianos**, segundo Campos e Távora, são a redução da retenção do Imposto de Renda na Fonte e os investimentos sociais que o governo promete fazer. E só agora, os efeitos **al caponianos**, segundo os dois senadores são os seguintes:

1. Távora e Campos dizem que o governo, no pacote, promete investir Cr\$ 74 trilhões em projetos sociais. Mas parte desses investimentos, argumentam os senadores, já estavam previstos pelo orçamento. Outra parte (Cr\$ 26 trilhões) será tirada do Fundo de Contingência, que tem Cr\$ 27 trilhões. Sobram, assim, apenas Cr\$ 1 trilhão, que não serão suficientes para pagar o segundo aumento do funcionalismo público (o primeiro, de 75%, é agora em janeiro, e, o segundo, seis meses mais tarde). Disse Távora que o governo terá que emitir moeda para fazer frente aos gastos, aumentando a inflação.

2. Os dois senadores afirmam que não é verdadeira a afirmação do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, de que os assalariados que ganham até cinco salários mínimos estarão isentos do Imposto de Renda. O artigo 7º do projeto do governo diz que “em nenhuma hipótese haverá **retenção** de imposto se o valor do rendimento bruto for igual ou inferior ao valor de cinco salários mínimos no mês de competência”. Em nenhum momento, dizem os senadores, o artigo fala em “**isenção**”.

Já o artigo 9º diz que estarão isentos de IR no ano fiscal de 1987, todos aqueles que ganham até Cr\$ 10 milhões 277 mil. Mas se esse valor for dividido por 12, dá Cr\$ 1 milhão 761 mil mensais — o que equivale a três salários mínimos. Isso contradiz o artigo 7º.